Formas Sociais Periféricas e Dinâmicas do Trabalho: Considerações Críticas Sobre o Capitalismo Global.

Mirian Monteiro Kussumi

Resumo:

O presente artigo busca considerar aquilo que se entende como capitalismo periférico, sobretudo no que se refere a formações sociais das periferias do capitalismo global. Mobilizando a recepção marxista das décadas de 60 e 70, principalmente no que se refere a teoria dos sistemas-mundo e teoria marxista da dependência, consideramos o problema da exploração do trabalho sob o ponto de vista teórico nas localidades periféricas a partir de três ângulos específicos: (i) formas distintas de controle do trabalho em localidades de passado colonialista; (ii) trocas desiguais entre centro e periferias e (iii) o conceito wallersteiniano de divisão internacional do trabalho. Por último, traçamos alguma considerações sobre o problema do trabalho e sua intersecção com questões raciais e de gênero.

Palavras-chave: Periferias; Capitalismo global; Controles do trabalho; Formas sociais.

Abstract:

This article examines the concept of peripheral capitalism, with particular attention to the social formations located at the peripheries of global capitalism. Drawing on the Marxist reception of the 1960s and 1970s – especially world-systems theory and Marxist dependency theory – it addresses the theoretical problem of labor exploitation in peripheral contexts from three specific angles: (i) the diverse forms of labor control in societies with colonial legacies; (ii) the dynamics of unequal exchange between core and peripheral regions; and (iii) Wallerstein's notion of the international division of labor. Finally, the article offers reflections on the intersections between labor, race, and gender, highlighting the broader implications of these dimensions for understanding peripheral capitalist structures.

Keywords: Peripheries; Global Capitalism; Labor Control; Social Forms.

Introdução

O foco da crítica anticapitalista tem se centrado, majoritariamente, sobre os desdobramentos sociais, políticos e econômicos do capital. Contudo, não apenas os efeitos do capitalismo foram objeto de debate, mas também suas origens e suas causas fundamentais. O que causou o capitalismo? Quais foram os fatores preeminentes para que um sistema de acumulação com determinações sociais estruturais pudesse se consolidar e se perpetuar? E, nesse aspecto, como se dá sua organização interna, na medida em que se trata de um sistema de natureza global, que se espraia por todo o planeta, colocando em risco a própria sobrevivência da Terra? O presente artigo parte dessas questões. Buscamos compreender de que modo o sistema capitalista encontra seu amadurecimento em um modo de produção específico, mas cujas origens datariam bem antes, no próprio processo colonial mercantilista. É nesse momento que o capital lança suas bases (internacionais, inclusive) de acumulação, em que sua tendência à expansão ilimitada apresenta a reordenação mesma das formações sociais entendidas como pré-capitalistas, que serão sub-repticiamente absorvidas por esse sistema. Essa desorganização e reorganização, entretanto, implicam na criação mesma de um capitalismo periférico, pautado não só em uma relação de dependência (centro-periferia, fazendo coro à teoria dos

sistemas-mundo e da teoria da dependência marxista), mas necessariamente através de um modo de exploração do trabalho tipicamente periférico.

Para tanto, buscamos, em primeiro lugar, repensar a própria definição de capitalismo como algo que vai além do modelo industrial clássico, encontrando já no problema colonial sua gênese. É dentro desse escopo que buscamos considerar a ideia de acumulação primitiva, não só em sua concepção tradicional, oferecida pela própria pena de Marx, mas a partir da releitura dessa tese nos casos coloniais, principalmente por autores cuja produção intelectual se situou nos anos 70 e 80. Ainda nesse recorte teórico, cabe a pergunta sobre quais modificações substanciais o capitalismo engendrou nas áreas pré-capitalistas, analisando como seu engolfamento significou transformações sociais e econômicas radicais, sendo a maior delas a coexistência de tipos diferenciados de trabalho, nunca exclusivamente o tipo assalariado, livre e formal.

O fato de que o capitalismo, quando instaurado em áreas pré-capitalistas, apresenta uma reestruturação de ordem social nos leva a considerar, em seguida, como o trabalho apresenta uma natureza singular em sua variação periférica, algo que foi ecoado tanto pela leitura da teoria dos sistemas-mundo (com a concepção wallersteiniana da divisão internacional do trabalho) quanto pela teoria da dependência de tradição marxista (principalmente operada por Samir Amin). Pensar em como o capital modificou as áreas de passado colonial significa, nesse sentido, considerar um tipo de trabalho que conjuga traços capitalistas e estruturas de subsistência improdutivas – uma espécie de coexistência contraditória, que combina elementos de amadurecimento e adiamento, ou o "desenvolvimento do subdesenvolvimento"[228], para usar a conhecida proposição de Gunder Frank. É dentro desse enfoque que, por fim, buscamos exemplificar como essa noção de trabalho emerge exemplarmente através do trabalho feminino doméstico. O que torna essa atividade paradigmática no nosso caso é não apenas seu caráter exploratório, mas igualmente o fato de incorporar essa ambiguidade e heterogeneidade do capitalismo periférico que buscamos analisar ao longo do texto – mesclando improdutividade e trabalho para sobrevivência com integração ao mercado global. Desse modo, concluímos com algumas considerações sobre como a absorção de áreas pré-capitalistas irão conjugar a exploração de tipo laboral a hierarquias de gênero e de raça que se cristalizaram em um processo trifásico de exploração, segregação e marginalização – tornando a divisão internacional do trabalho concomitantemente generificada e racial.

Acumulação e auto-expansão do capital

Embora o capitalismo seja frequentemente identificado a um modo de produção econômico, sustentado pela produção de mercadoria com vistas à mais-valia, essa definição não parece ser exaustiva: evitando sua redução à fase industrial, assim como um teor majoritariamente economicista, o capitalismo é também, sobretudo, um sistema social histórico, em que o capital não só busca sua auto-expansão como também a acumulação de si. Auto-expansão e acumulação refletem a natureza mesma desse sistema, indicando um duplo movimento de expansão e retração – pois, enquanto o capital em sua tendência expansiva engolfa áreas não-capitalistas submetendo-as à lógica do mercado, por outro, esse expansionismo tende a um processo acumulativo, como um retorno ou retração. Essa natureza bastante *sui generis* não é novidade, tendo sido apontada por Wallerstein ao indicar como o capitalismo histórico se articula pela combinação necessária entre ambos os movimentos: "o capital passou a ser usado (investido) de maneira especial, tendo como objetivo, ou intenção primordial, a auto expansão"[229], de modo que "o que se acumulou no passado só é "capital" na medida em que seja usado para acumular mais da mesma coisa"[230]. Seja de forma simultânea ou em alternância, a

[228] Gunder Frank, 1970, p. 9; 1969, p. 154.
[229] Wallerstein, 1995, p. 13.
[230] *Ibidem.*

acumulação e expansão se concretizam em ciclos de ampliação e retraimento que, por exemplo, serão descritos por Arrighi na sua relação entre capacidade produtiva e especulativa: se em um primeiro momento o capital parece se especializar e se voltar para o mundo da indústria (o que se refere à versão produtiva inerente ao industrialismo do século XIX), por outro, ele possui o ecletismo necessário para uma expansão financeira, como sintoma de amadurecimento[231].

Um dos méritos dessa torção de caráter definitório repousa em uma consideração sobre o capitalismo que não se limite à produção industrial, apresentando, assim, uma maior adequação analítica para suas versões mais contemporâneas, a financeirizada e informacional[232]. Ao indicar que o capitalismo é algo mais do que apenas um processo produtivo de mercadorias, torna-se mais fácil analisar o movimento, presente sobretudo a partir das décadas 80 e 90, em que a produção mercadológica de bens materiais foi colocada em segundo plano para ceder espaço para produtos e ativos de ordem especulativa, de serviços ou de bens informacionais. Há, contudo, um segundo bônus. Ao liberar a definição do que seria o capitalismo de sua forma produtiva tradicional (normalmente lida pela tradição marxista como sendo resumida na fórmula D – M (Meios de produção + trabalho) – D', torna-se possível considerar o sistema capitalista como um fenômeno cujas origens são anteriores ao século XIX – o que resulta em um recuo histórico no que se refere à sua "data de nascimento". É dentro desse recorte que sua gênese pode se pontuar, por exemplo, já no século XVI[233] ou mesmo no XV[234], ou seja, no momento de colonização das Américas.

É claro que a tese das origens do capitalismo como simultâneas à colonização do continente americano não possou ilesa a criticismos variados, objeções bem fundamentadas, inclusive[235]. Porém, a maior vantagem dessa tese está na possibilidade de intersecção entre problemas de ordem racial e de classe. São sabidas as objeções que o marxismo ortodoxo encontrou no que se refere à pretensão de elevar a luta proletária a uma dimensão internacionalista, e de como grupos minoritários corretamente denunciaram a inadequação do perfil de operário remunerado, normalmente homem e branco, como o real sujeito da história enquanto projeção universalista excludente. A exclusão do aspecto racial foi, desse modo, frequentemente denunciada por pensadores e ativistas que não se viam contemplados nesse papel.

---

[231] Arrighi, 2006, p. 5-6;

[232] Esse ponto é perceptível no que concerne, por exemplo, à ideia de *commodity* mundial – ou seja, o tipo de *commodity* mais valorizado e produzido nas fases históricas determinadas do capitalismo – identificadas por Karatani. Segundo o autor, a partir da década de 90, bens de consumo duráveis, que marcaram a fase referente à 1930-1990, são substituídos por Informação como *commodity* principal (Karatani, 2018).

[233] Wallerstein, 1995, p. 18; 1974, p. 67.

[234] É o caso de Braudel que identifica que os alicerces do capitalismo já estavam em desenvolvimento no século XV, podendo recuar, inclusive, até o século XII (Braudel, 1987, p. 29-33).

[235] A tese de que a data de nascimento do capitalismo antecede aquilo que vulgarmente se entende como revolução industrial é identificada por Ellen Meiksins Wood como uma variação do modelo mercantil – que a historiadora descarta por não conseguir dar conta das especificidades desse sistema em questão, não se atendo às mudanças cruciais nas formas de propriedade e das relações de classe que permitiram que o capitalismo surgisse enquanto modelo radicalmente distinto dos processos históricos anteriores (Wood, 2001, p.69). Partindo dos debates sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, segundo a autora, o modelo mercantil daria uma ênfase inadequada às trocas comerciais afirmando erroneamente que a expansão do comércio teria sido o suficiente para dissolver o feudalismo (*Ibidem*, p. 39). Para a autora, isso significaria cair em uma visão neo-smithiana, na medida em que pressupõe a capacidade de troca como algo natural ao ser humano. É importante notar, contudo, que ao fazer isso, Wood contesta não apenas a posição de Sweezy no que se refere ao debate da transição, mas a leitura braudeliana sobre o capitalismo e toda a geração dos teóricos dos sistemas-mundo e da dependência que desenvolveram o conceito de trocas desiguais, assim como expoentes mais contemporâneos como Karatani (Karatani, 2014). De modo resumido, podemos observar como tais autores consideraram as trocas (e, portanto, o mercado) como fator fundamental para a consolidação do capital – o que os permite considerar tal sistema como não tendo seu início no que se convencionou chamar de revolução industrial.

É dentro desse viés contestatório que o marxismo se reformula não apenas de modo a abranger identidades particulares e historicamente marginalizadas, mas ao fazê-lo, indica que as raízes desse sistema se situam, mesmo que em germe, no trânsito colonial nas Américas. Essa emergência coincidiria, portanto, com a eclosão da própria modernidade europeia – conjuntamente à consolidação do arcabouço teórico do contratualismo liberal e do individualismo possessivo e racional[236]. A crítica ao colonialismo se mantém, contudo, alinhada ao projeto marxista não apenas ao considerar as relações raciais como intrínsecas às de exploração do trabalho (classe), mas principalmente por se debruçar sobre os fluxos de colonização da era mercantilista, que fizeram com que áreas até então excluídas das relações mercadológicas e dos modelos de exploração do trabalho fossem subsumidas à auto-expansão do capital. Veremos mais detalhadamente essa ordem de problemas mais à frente. Por enquanto, torna-se necessário considerar o lastro teórico dessas teses na própria obra marxista, referente, especificamente, ao conceito de acumulação primitiva.

O problema da acumulação aparece desdobrado no primeiro volume d'*O Capital*. Em sua forma simplificada, ele envolve o processo produtivo que combina meios de produção e trabalho. O circuito produtivo, entretanto, tem como necessidade prévia um tipo de acumulação primeira, originária (primitiva), que envolve tanto a transformação de produtores em assalariados quanto a privação desses últimos de seus meios de produção[237]. Sendo considerada como a "pré-história do capital"[238], remontando a transição da estrutura feudal para capitalista, é razoável que Marx entenda a acumulação primitiva pela ótica da expropriação de terras e da transição do regime comunal para o regime privado, seguido do processo de proletarianização das populações rurais no contexto feudal – políticas de cercamento que, nas palavras de Marx, se refere ao momento em que "grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres"[239].

O pano de fundo a partir do qual Marx formula o conceito de acumulação primitiva é, de fato, a erradicação do regime de servidão e da produção comunal, que libera tanto a propriedade privada (por expropriação) como a mão-de-obra passível de ser vendida (exploração), instaurando o que ele já considera como a era capitalista. A combinação entre exploração e expropriação funcionaria como uma espécie de chave explicativa para o início da acumulação de capital, o ponto inicial que demarca a transição de uma era a outra. Entretanto, o tipo de acumulação capitalista originária, longe de ser pontual, se torna um processo continuado, na medida em que envolve a necessidade de expansão da lógica capitalista para áreas que ainda não haviam feito essa transição.

Como se sabe, essa problemática foi tratada por Rosa Luxemburgo, que se deteve sobre a pergunta de como a acumulação de capital poderia acontecer no circuito produtivo. Vale a pena, aqui, retraçar uma contradição fundamental que a própria autora evidencia em sua obra, *Acumulação de Capital*: se a produção é constituída por meio das mercadorias, que por sua vez precisam ser vendidas e trocadas por dinheiro, então se depreende daí que o consumo se restringiria entre capitalistas e trabalhadores. Duas alternativas podem ocorrer desse processo. A primeira seria inerente ao fato de que a produção se restringiria à continuação da reprodução à mesma escala, sem ampliação da produção em uma sociedade composta apenas por capitalistas e operários envolvidos no circuito produtivo – o que comprometeria o princípio basilar de acumulação[240]. O segundo caso seria a possibilidade de ampliação da produção para um mesmo mercado que, em última análise, levaria a uma crise de superprodução. Essas duas alternativas levam a autora, portanto, a conceber a necessidade

[236] Ver, por exemplo, Ferreira da Silva, 2022.
[237] Polanyi, 2021, cap. 6 e 7.
[238] Marx, 2013, p. 786.
[239] *Ibidem*, p. 787.
[240] Luxemburg, 1970, p. 300-301.

de expansão do capitalismo a partir daquilo que ela entende como reprodução ampliada, que exige a expansão do circuito de produção e realização da mais-valia em áreas pré-capitalistas:

> Até agora, só consideramos a reprodução ampliada num aspecto: partindo da questão de como se realiza a mais-valia. Essa era a dificuldade que preocupava exclusivamente os céticos. A realização da mais-valia é, com efeito, a questão vital da acumulação capitalista. Se, para simplificar, prescindimos totalmente dos fundos de consumo dos capitalistas, a realização da mais-valia requer, como primeira condição, um círculo de compradores que estejam fora da sociedade capitalista. Dissemos compradores, e não consumidores, porque a realização da mais-valia não define *a priori* a forma material desta. Na verdade, a mais-valia só pode ser realizada por camadas sociais ou sociedades cujo modo de produção é pré-capitalita. Cabe admitir dois casos distintos: a indústria capitalista pode produzir um excedente de meios de consumo além de suas próprias necessidades (a dos trabalhadores e capitalistas) e cujos compradores desse excedente são camadas sociais e países não-capitalistas. [...] Vejamos, agora, o caso inverso. A produção capitalista fornece meios de produção que excedem as próprias necessidades e encontra compradores nos países não-capitalistas[241].

Nos dois casos distintos que Rosa Luxemburgo se refere acima, o que observamos é como, para satisfazer um tipo de reprodução de si, levando assim à acumulação, o capitalismo tem como condição de possibilidade sua expansão para áreas não-capitalistas (que podem ser, no caso do consumo, tanto camadas sociais que não estejam imediatamente inseridas no circuito produtivo como seu agente direto, ou ainda, através de compradores externos, representados por países não-capitalistas). Utilizando casos históricos descritivos desse processo, Luxemburgo tem êxito em apontar a necessidade de uma ampliação do capital ao indicar que as localidades não-capitalistas não representam uma exterioridade ou exclusão do sistema, uma espécie de área atrasada no absoluto exterior ao capitalismo, mas antes, o local necessário de perpetuação de si[242].

O fio argumentativo da autora é conduzido para a consideração de uma segunda necessidade, a de que o "capital progressivamente disponha de maiores quantidades de terra para fazer uma seleção quantitativa e qualitativamente ilimitada de seus meios de produção"[243]. É pautada nessa exigência que a autora pôde conceber a tendência global do capitalismo que, desde sua origem, mobilizou recursos produtivos em âmbito internacional, de modo que em seu impulso "para a apropriação das forças produtivas para fins de exploração, o capital recorre ao mundo inteiro; tira os meios de produção de todos os cantos da terra, colhendo-os ou adquirindo-os de todos os graus de cultura e formas sociais"[244]. O que Luxemburgo chama a atenção aqui, portanto, é a noção de acumulação primitiva no que se refere à exploração de áreas pré-capitalistas para extração de seus meios produtivos que, combinados com a venda de mercadorias para essas mesmas áreas, consolidam o princípio acumulativo e de auto-expansão do sistema.

A acumulação primitiva no caso colonial

A vantagem da análise de Rosa Luxemburgo, nesse aspecto, se refere não apenas à ampliação do conceito de acumulação primitiva para o contexto internacional, extrapolando a dinâmica da transição do regime feudal para o capitalismo no contexto inglês, mas ainda a como o capitalismo,

---

[241] *Ibidem*, p. 301-302.
[242] Para algumas revisões críticas sobre Luxemburgo acerca do argumento central de *A Acumulação do Capital*, assim como um maior desenvolvimento sobre a relação "interior-exterior" do capitalismo, ver: Harvey, 2003, cap. 4.
[243] Luxemburg, 1970, p.307.
[244] *Ibidem*.

antes de representar um rompimento radical com áreas não-capitalistas (aquelas, em tese, ainda atrasadas), na verdade, precisa de tais localidades para seu funcionamento interno. Essa análise se sustenta, contudo, no entendimento de que o sistema capitalista, antes de ser homogêneo, apresenta um duplo tipo de heterogeneidade: tanto em relação às áreas geográficas (capitalista e pré-capitalista que, ao longo do tempo, se demonstrarão como as áreas do centro e das periferias do capitalismo, respectivamente), como ainda uma heterogeneidade das formas sociais que lhes são acompanhadas.

Esse desequilíbrio pode ser assim evidenciado nos próprios modelos de controle do trabalho – categoria social que inclusive permitiu autores que se debruçaram sobre o processo colonial a se apropriarem da noção de acumulação primitiva para explicar dinâmicas de exploração laboral peculiares a áreas coloniais. Assim, por exemplo, Stuart Hall aponta para como o capital pôde aproveitar e explorar as qualidades particulares da força de trabalho das áreas que são absorvidas (pré-capitalistas), de modo incorporá-las aos seus regimes[245]. Se, em um primeiro momento, poderíamos conceber que "a estruturação étnica e racial da força de trabalho, assim como sua composição de gênero, pode inibir as tendências "globais" racionalmente concebidas do desenvolvimento capitalista"[246], é na verdade, o contrário que acontece em casos de expansão do capitalismo:

> essas distinções foram mantidas, e de fato desenvolvidas e refinadas, na expansão global do modo capitalista. Elas forneceram os meios para formas diferenciadas de exploração dos diferentes setores de uma força de trabalho fragmentada[247].

É isso, portanto, o que o leva a afirmar que o regime de capital funcionaria muito mais por meio de diversidade e diferença do que de semelhança e identidade – algo visível na relação mesma entre formas sociais e as variantes diferenciadas de racismo[248].

Outro exemplo dessa releitura se encontra na obra de Aníbal Quijano – principalmente no que se refere à mobilização de hierarquias étnicas como justificativa para exploração do trabalho. O capitalismo, em seu germe colonial, significou o desenvolvimento da colonialidade que se expressou na emergência das Américas e na coexistência de atividades laborais distribuídas em classificações ossificadas de raça. Isso significa pensar que a relação produção-apropriação-distribuição de produtos não se articulou ao redor do binômio capital-salário somente, mas se constituiu pela concomitância de formas variadas de trabalho como escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade[249] – formas que, mesmo distintas, possuíam a função unívoca de serem

---

[245] Sobre essa noção, retornamos a David Harvey para apontar de que modo o capitalismo parece se beneficiar de relações sociais pré-capitalistas para o seu próprio desenvolvimento, de modo a envolver "um conjunto de coerções e apropriações de capacidades, relações sociais, conhecimentos, hábitos de pensamento e crenças pré-capitalistas da parte dos que são proletarizados. Estruturas de parentesco, organizações familiares e domésticas, relações de gênero e autoridade (incluindo as exercidas por meio da religião e de suas instituições) - tudo isso tem seu papel a desempenhar" (Harvey, 2003, p. 122). Nesse aspecto, o capitalismo parece se apropriar de relações sociais (aqui, especificamente, de gênero e raça) prévias, de modo a corroborá-las e intensificá-las. Algo similar é apontado por Amin quando o autor afirma que as estruturas de classe tendem a permanecer as mesmas no momento de transição para o capitalismo, na medida em que as elites (classes dominantes) sobrevivem intactas, principalmente em áreas rurais (Amin, 1974, p. 151).

[246] Hall, 1996, p. 436

[247] *Ibidem*.

[248] Hall, 2019, p. 211-212.

[249] É isso que leva, por exemplo, Braudel a afirmar o caráter multifacetado da servidão nas Américas: mais especificamente "servidões" que se sucedem no Novo Mundo, "tropeçando umas nas outras", concordando com o vínculo de causa e efeito que une "a escravatura, a pseudo-escravatura, a servidão, a pseudo-servidão e o salariado, o pseudo-salariado do Novo Mundo à ascensão capitalista da velha Europa" (Braudel, 2009, p. 363). E se, de fato, a combinação dos variados modos de exploração do trabalho se efetivou na América colonial, esse fato não apenas proporcionou o amadurecimento do capitalismo europeu, como, justamente por isso, aparece como fator claro de

"deliberadamente estabelecidas e organizadas para produzir mercadorias para o mercado mundial"[250]. Assim, "não existiam apenas de maneira simultânea no mesmo espaço/tempo, mas todas e cada uma articuladas com o capital e com seu mercado, e por esse meio entre si"[251]. A coexistência de diversos tipos de controle do trabalho nas antigas áreas coloniais pressupõe dois fatores: em primeiro lugar, significa que a forma do trabalho abstrato (livre) referente à forma salário era praticamente uma exceção no caso colonial; pressupõe também o próprio pertencimento, mesmo que ambíguo, à economia-mundo do capitalismo moderno – pois, se de fato, há variações de controle do trabalho, isso significa a presença de lógicas capitalistas em meio às relações sociais coloniais. Essa concomitância é o que conduz Quijano a relacionar a modalidade do trabalho livre, tão própria do capitalismo moderno, a funções de homens brancos e não de nativos ou de escravizados.

A coexistência de formas diferenciadas de trabalho indica, assim, um tipo disforme de integração ao sistema capitalista, sendo a presença do trabalho livre assalariado como minoritária no contexto colonial. A distorção categorial sobre as formações de trabalho explicaria, pelo menos parcialmente, a dificuldade de alguns teóricos de compreender a realidade colonial dos séculos XVI e XVII como já sendo capitalista. É isso, por exemplo, que anima o debate entre Laclau e Gunder Frank sobre as sociedades latino-americanas em seu contexto colonial – debate que se centrou ao redor da pergunta se esta se encaixava na categoria feudal ou capitalista. Essa divergência revela, desse modo, uma discordância de fundo referente à própria definição de capitalismo, pois, se por um lado, para Laclau o capitalismo é sobretudo um modo de produção[252], por outro, para Frank, trata-se de um modo de exploração inerente à relação metrópole-satélite, que instaura uma dinâmica exploratória do segundo pelo primeiro[253]. Voltaremos, mais à frente, ao problema das trocas desiguais, assim como à teoria da dependência marxista. Por enquanto, é necessário considerar que o fato de as realidades coloniais latino-americanas não apresentarem as formas capitalistas tradicionais (tríade trabalho assalariado e livre, relações de mercado e produção de mercadorias) em sua completude, isso não quer dizer que as mesmas não estejam integradas à economia-mundo capitalista – o que nos leva à pergunta sobre 1. Quais transformações são necessárias e ocorrem nessa integração; 2. Quais efeitos a longo prazo (visíveis, inclusive no momento pós-colonial) se desenrolaram nesse processo.

Em primeiro lugar, a alteração estrutural das localidades pré-capitalistas significou uma fundamental distorção sobre a natureza do trabalho, que se transmuda de sua condição de asseguramento de subsistência para a relação laboral exploratória. Assim, Claude Meillassoux, ao examinar povos tradicionais africanos em seu período pré-colonial, apresenta o cenário das culturas centradas em subsistência (sejam doméstica, sejam de bando) profundamente destoantes do contexto colonial em diante (leia-se, do engolfamento dessas áreas por relações capitalistas). As transformações sofridas por essas localidades foram de fato estruturais, mas nos chama a atenção dois aspectos relacionados às mudanças da organização de produção e redistribuição: a inexistência do valor de troca, a inexistência de acúmulo de excedente e um sistema de produção e distribuição coletivas.

integração dessas localidades ao sistema-mundo capitalista – zonas engolfadas pela lógica de acumulação capitalista, que se desorganizaram estruturalmente ao serem assimiladas pelo capital.

[250] Quijano, 2005, p. 118.

[251] *Ibidem.*

[252] Laclau, 1971, p. 25.

[253] Gunder Frank, 1970, p.6-7. Para uma análise crítica sobre debate entre Laclau e Frank, ver Wallerstein, 1979, p.8-17. Ali, o autor não apenas aborda como essa discussão retoma o debate precedente sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, mas revela o próprio posicionamento de Wallerstein, que abertamente toma o partido de Frank e Sweezy. A implicação desse posicionamento foi, por conseguinte, tanto desconsiderar a análise do capitalismo pela noção de estágios históricos evolutivos de produção, quanto da própria ideia de que o capitalismo se definiria por um modo de produção específico (industrial).

Segundo Meillassoux, a comunidade doméstica é marcada por um ciclo produtivo cuja circulação do produto não se dá por troca de equivalentes, o que quer dizer que "as condições sob as quais o valor de troca pode emergir não ocorrem"[254]. Assim, a circulação se dá a partir de trocas entre coisas similares (sem subsunção a um equivalente geral), tornando-as restritas ao valor de uso. Por outro lado, a produção coletiva, mesmo gerando capacidade de estoques, não faz com que se transformem em "excedente, já que são destinados a estender ao longo do tempo a capacidade da comunidade de reproduzir e eventualmente se expandir"[255]. Nesse sentido, o que se percebe na comunidade doméstica seria um tipo de repartição da produção que normalmente se traduz em comensalidade[256] e em um tipo de solidariedade permanente entre os membros que se sucedem nos ciclos produtivos[257]. Não é difícil conceber como em tais comunidades o sobre-trabalho, mesmo existente, não aparece sob a forma de trabalho expropriado, havendo a inexistência de propriedade privada. Se, por um lado, essas evidências de tipo antropológico corroboram com a desmistificação da propensão natural do homem a um tipo de prosperidade capitalista, já desmentida anteriormente[258], por outro, elas denotam um tipo de estabilidade comunitária que será subsequentemente desorganizada com o capitalismo – seja sob o ponto de vista social, seja pela desarticulação do trabalho de subsistência seguida de distribuição comunal. É válido, aqui, resumir como Meillassoux demonstra a desarticulação de uma estrutura social pré-capitalista, como aconteceu no período colonial na zona intermediária da Costa do Marfim.

O período colonial, em sua primeira fase, se centra em atividades de extrativismo e com abertura para o comércio europeu[259] e a implementação de uma administração colonial[260]; um tipo de mão de obra com contrato sazonal individual, com remuneração na moeda do colonizador e condições de trabalho específicas, sendo que parte significativa dessas condições não eram efetivamente respeitadas – de modo que os salários ganhos pela população nativa eram quase 50% retornados para a administração em forma de impostos[261]. Na segunda fase colonial, demonstra-se o desenvolvimento contemporâneo das culturas comerciais com uma infra-estrutura econômica[262], em que a produção do produto agrícola é de fato inserida no mercado mundial[263] e com a intrusão "massiva da moeda"[264]. Nesse momento, evidencia-se como o trabalho assalariado dissolve a organização social do sistema de parentesco, pois o trabalho cooperativo aparece como incompatível com a economia monetária e de lucro[265], havendo assim a coexistência do trabalho assalariado e do trabalho familiar[266].

A desorganização das formas sociais pré-capitalistas implica, contudo, não apenas o trabalho expropriado/explorado, mas também a subsequente introdução de circuitos monetários, associada à criação de uma economia voltada para o exterior, direcionada e dependente dos centros do capitalismo. É isso que leva Samir Amin a afirmar que "a transformação da economia pré-capitalista numa economia periférica e capitalista pressupõe claramente a "monetarização", a "comercialização" da economia de subsistência" [267]. Amin se concentrou profundamente em uma análise da incorporação

[254] Meillassoux, 1981, p. 50.
[255] *Ibidem*, p. 55.
[256] *Ibidem*, p. 58.
[257] *Ibidem*, p. 47.
[258] Polanyi, 2012, p. 47-48.
[259] Meillassoux, 1964, p. 299.
[260] *Ibidem*, 295-296.
[261] *Ibidem*, p.308.
[262] *Ibidem*, p. 320.
[263] *Ibidem*, p. 324.
[264] *Ibidem.*
[265] *Ibidem*, p. 333-334.
[266] *Ibidem*, p. 328.
[267] Amin, 1974, p.142.

das áreas pré-capitalistas para a explicação genética do que seria um capitalismo periférico, e os três pontos decisivos que marcam em definitivo o tipo de transformação estrutural apontado pelo autor foram sintetizadas do seguinte modo:

> A agressão do modo de produção capitalista, vinda de fora, contra essas formações [formações orientais e africanas], constitui a essência do problema de sua transição para formações de capitalismo periférico. Minha análise dos mecanismos e resultados dessa agressão vinda de fora será apresentada, para facilitar a exposição, de acordo com um plano que organiza cada parte da explicação em torno de um conjunto particular de mecanismos. Distinguirei entre (1) os mecanismos de constituição de circuitos monetários simples, onde estes não existiam na formação pré-capitalista sob ataque (o início das relações mercadológicas); (2) os mecanismos de formação de um capitalismo baseado no comércio externo (comércio colonial); e (3) os mecanismos de formação de um capitalismo baseado no investimento de capital estrangeiro. Na história real, é claro, esses mecanismos coexistem e, juntos, determinam a estrutura de uma formação capitalista específica da periferia[268].

O movimento de transição do pré-capitalismo para um capitalismo periférico é, desse modo, marcado pela substituição das atividades voltadas apenas para a subsistência para aquelas voltadas para a produção mercadológica, de modo que a produção se torna comercializável em circuito internacional. Enquanto a produção de subsistência se referia fundamentalmente ao sustento de populações nativas (produção-redistribuição), a incorporação dessas áreas ao capital significará um tipo de produção por *commodity* – o que denota, inclusive, a introdução da monocultura como modo de plantio – submetendo, simultaneamente, o trabalho de subsistência ao trabalho agrícola expropriado/explorado que, quando remunerado, apresenta baixos rendimentos. As atividades produtivas se tornam, assim, predominantemente voltadas para o mercado externo, tendendo a se concentrar naquilo que represente maior valor internacional, desapropriando territórios de plantio, aumentando o desemprego e a migração urbana, que por sua vez significa o aumento do número de sub-empregos[269]. Esse último ponto encontra grande relevância contemporânea se consideramos as limitações do setor industrial nos países periféricos[270] que, ao não gerarem postos de emprego, empurram os indivíduos para a informalidade das atividades de trabalho.

Os três pontos cruciais de transformação das localidades pré-capitalistas engolfadas pelo capital que aludimos anteriormente (a saber, 1. constituição de circuitos monetários simples, representando o início das relações de mercado; 2. formação de um capitalismo mundial que se articula tendendo à auto-expansão ilimitada; e 3. formação de um capitalismo voltado para os interesses do centro) geram, desse modo, três traços distintivos do capitalismo periférico, que garantem sua especificidade qualitativa e que, pela análise de Amin, se perpetuaram no capitalismo contemporâneo (posterior à década de 50) enquanto efeitos de longo prazo: 1. A desagregação das suas formas sociais e culturais das áreas pré-capitalistas; 2. Uma subordinação dos países periféricos aos de centro (que faz eco à própria tese wallersteiniana da relação entre centro-semiperiferia-periferia); e 3. Um capitalismo que envolve um nível de sobre-exploração do trabalho, tanto na realidade rural como urbana e que se configura hoje como inchaço no setor terciário – sendo esse último ponto desenvolvido por Amin através da evidência de um bloqueio do setor secundário que leva as zonas periféricas à irremediável aposta na produção agrícola (que se torna agroexportadora) e em serviços diferenciados (normalmente mal-remunerados e informais).

---

[268] *Ibidem*.
[269] Amin, 1972, p. 710
[270] *Ibidem*, p. 704; 705.

Essa relação de dependência é corroborada tanto pela relação de trocas desiguais, sustentada pela teoria marxista da dependência, quanto por Wallerstein, através da divisão internacional do trabalho, abordagens que nos deteremos a seguir.

Trocas desiguais e divisão internacional do trabalho

As dinâmicas das trocas desiguais foram utilizadas por Samir Amin também como meio de desmistificar a tese ricardiana das vantagens comparativas. Nessa última concepção, a idílica imagem de trocas comerciais equilibradas, em que cada país oferece no mercado mundial aquilo que produz com mais eficiência e especialização, é desmontada. Em tese, as vantagens comparativas implicariam trocas comerciais justas e equitativas, sem prejuízos massivos para nenhuma das partes. A falha dessa concepção é descortinada por Amin ao se comparar duas *commodities* que apresentam um valor desigual e, quando comercializadas, apresentarão preços distintos. Alguém poderia argumentar que os preços díspares dessas duas *commodities* acontece por desequilíbrio de produtividade, ou porque há uma quantidade de trabalho diversa "embutida" nessas duas *commodities* (lembrando, claro, que o que determinaria, de acordo com a teoria marxista, o valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho incorporada em um produto). É aqui que se encontra o fator crucial da análise de Amin, na medida em que o autor demonstra que dados dois produtos distintos, ambos sendo produzidos com o mesmo nível de produtividade e mesma quantidade de trabalho, os mesmos continuam sendo trocados por valores díspares (sendo um menor que o outro). Essa diferença de valor que, em um primeiro momento aparece como mera variação nos preços, esconde fundamentalmente uma diferença no custo de produção – que, sendo basicamente capital constante e capital variável, indica que possíveis reduções nesse custo recairão muitas das vezes na remuneração do trabalho. Aqui, portanto, o que observamos, não é apenas o fato de que ter um custo de produção menor significa *commodities* mais baratas e, portanto, com menos valor no mercado mundial, mas acima de tudo, que o custo produtivo menor resulta, em grande parte, da exploração do trabalho – achatamento de salários e mais horas trabalhadas.

As conclusões lógicas que se seguem dessa dinâmica completam o conceito de troca desigual a partir de uma transferência de valor[271], que garante um tipo de acumulação que se traduz em um desequilíbrio econômico entre países a partir dessa distorção nos termos de troca – o que leva Amin a adotar a nomenclatura da teoria dos sistemas-mundo, da distinção entre centros e periferias. Enquanto os centros representam justamente as localidades com amplas vantagens nos termos de troca, as periferias se colocam como submetidas a uma constante transferência de valor. A sintética proposição de Gunder Frank sobre o "desenvolvimento do subdesenvolvimento"[272] parece refletir, desse modo, a dimensão das trocas desiguais que promove a transferência de valor internacional e a cristalização de áreas periféricas – que nas palavras de Frank seriam as localidades satélites – enquanto subdesenvolvidas. Esse subdesenvolvimento pode ser evidenciado, claro, nas diferenças estruturais entre o que se considera como desenvolvido e subdesenvolvido, tais como infraestrutura, investimento público etc., mas significa também condições de trabalho precárias e má remuneração.

Voltamos à Wallerstein e sua divisão internacional do trabalho, na medida em que a diferença entre um tipo de trabalho proletarianizado e um semi-proletarianizado se torna a marca da divisão entre centro e periferia: localizações geográficas distintas em que se percebe tipos igualmente distintos de atividades produtivas específicas do centro em contraposição às periféricas[273]. É nesse aspecto que funções e papéis diferenciados serão atribuídos às localidades diferenciadas do globo: enquanto alguns produtos são normalmente produzidos nos centros (normalmente com alto valor agregado, de forma

[271] Amin, 1974, p. 115; Amin, 2010, p. 85.
[272] Gunder Frank, 1970, p. 9; 1969, p. 154
[273] Wallerstein 1984, p. 61.

altamente lucrativa e mecanizada[274]), por outro, as áreas periféricas são descritas como "áreas de produção de matéria-prima"[275]. Esse tipo de especialização produtiva que determina uma divisão geográfica baseada na diferença entre centros que acumulam riqueza e capital e periferias que persistem na produção de *commodities* baratas acompanha também tipos diferenciados de trabalho, que são resultado dos processos de acumulação que marcam o capitalismo desde sua origem, em que não apenas diferentes *commodities* são produzidas, mas "os trabalhadores que produziram esses diferentes bens receberam salários diferenciados, o que foi ao mesmo tempo um meio de transferir o excedente de uma área para outra (a chamada troca desigual)"[276].

O eixo de organização entre centro-periferia, desse modo, se traduz em uma dinâmica relacional, pois a periferia não existe sem o centro e vice-versa, de modo a consolidar a articulação de um mercado mundial integrado (e naturalmente desigual), acompanhado de uma única divisão do trabalho[277]. Essa divisão é determinante não apenas para a designação de papéis produtivos diferenciados entre centros e periferias[278], mas implicam em modos divergentes de controle do trabalho – o que corrobora com a concepção wallersteiniana, que já citamos acima, de lares proletarizados e semiproletarizados. Enquanto nos centros o modelo de trabalho parece ser de remuneração estável, com leis trabalhistas de segurança social, nos casos periféricos, o que se tem são atividades laborativas diversificadas, às vezes compreendidas por leis trabalhistas, às vezes não; com remuneração flutuante e instável e jornadas de trabalho diversas[279]. E, assim como a realidade colonial apresentava a coexistência de tipos diversos de trabalho (servil, assalariado, escravizado etc.), os lares semiproletarianizados de Wallerstein, que marcam a realidade periférica, se estruturarão de modo similar. O ganho teórico com a categorização de Wallerstein dos lares proletarianizados e semiproletarizados, cuja distinção recai não só sobre o valor da remuneração do trabalho, mas também sobre o tipo de remuneração laboral (formal ou informal, assegurada juridicamente ou não), fundamenta a divisão entre centro e periferia em um aspecto internacional: enquanto os lares proletarizados apresentam um tipo de salário formal que assegura renda familiar, o lar semiproletarizado:

> permite o emprego assalariado de alguns de seus membros durante parte de suas vidas com salários abaixo do custo proporcional de reprodução, combinando essa renda salarial com a renda recebida da subsistência, de pequenas mercadorias, de aluguéis e de transferências. Isso é o que se entende por "superexploração" (já que, nesse caso, o empregador do trabalhador assalariado está recebendo não apenas a mais-valia criada pelo trabalhador assalariado, mas também a que outros membros da família estão criando)[280].

Nesse sentido, não é exagero afirmar que existiria uma espécie de prolongamento do modo de trabalho das localidades coloniais – caracterizado pela coexistência do trabalho servil, escravizado,

---

[274] *Ibidem.*
[275] Wallerstein 1979, p. 7.
[276] *Ibidem*, p. 122.
[277] *Ibidem*, p. 16.
[278] Wallerstein 1974, p. 162.
[279] Em termos de uma análise contemporânea sobre as relações de trabalho entendidas como precarizadas e informais, é possível considerá-las por modalidades como donos de "microempresas, o trabalhador autônomo, o empregado assalariado sem carteira de trabalho assinada, o pequeno produtor, a economia subterrânea ou submersa, o empregado doméstico, o trabalhador terceirizado, o trabalho em domicílio etc." (Amaral; Druck; Filgueiras, 2004, p.212). Esse fenômeno entendido sobretudo em sua variação globalizada e neoliberal foi longamente estudado, gerando concepções como Economia ou trabalho de viração (Telles, 2006) e uberização do trabalho (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021).
[280] Wallerstein,1984, p. 64.

com alguma remuneração e de subsistência (familiar) – que contemporaneamente parece ter se transmudado no tipo laboral referente aos lares semiproletarizados evocados por Wallerstein. A validade da comparação se confirma uma vez que, nos dois casos, demonstra-se a ausência ou baixa presença do tipo de trabalho assalariado formal, em tese necessário para o modo de produção capitalista e para a própria noção de classe.

As últimas colônias

Quando o feminismo marxista se apropriou do conceito de reprodução social de Marx, houve não só um norteamento metodológico por se ter encontrado um objeto teórico próprio, mas também a evidência do ligame óbvio, embora até então pouco explorado, entre determinações histórico-sociais de gênero e exploração do trabalho. Com efeito, o feminismo já havia se debruçado sobre as relações opressivas e de subordinação de gênero (principalmente culturais, sociais e simbólicas) ao analisar aquilo que se considerou como relações patriarcais. A ideia de que certos papéis sociais eram atribuídos às mulheres historicamente já havia sido reconhecida pelo menos desde a segunda onda feminista. Do mesmo modo, o marxismo havia analisado da forma mais minuciosa possível o aspecto da exploração do trabalho. Entretanto, a relação específica entre um trabalho exploratório tipicamente feminino só ganha uma dimensão devida a partir da Teoria da Reprodução Social, em que o trabalho doméstico e de cuidados se configura como um modelo de trabalho explorado, absolutamente essencial ao capitalismo.

O debate das autonomistas italianas sobre como o trabalho doméstico deveria ser visibilizado e remunerado[281] implicou no reconhecimento do valor desse tipo de atividade, mesmo que a isso tenha se seguido um amplo debate acadêmico sobre a adequação ou não dessa categoria no interior da teoria marxista – em que, para espanto de poucos, se chegou à conclusão de que o trabalho doméstico seria improdutivo e sem valor de troca. E por conta dessa inadequação de caráter teórico, que apenas os versados na marxologia se viam às voltas, rapidamente se considerou que o trabalho doméstico seria uma espécie de anomalia laboral, necessária, porém teoricamente irrelevante. E, por ser considerado trabalho improdutivo, sem participação adequada no circuito de produção de mercadoria, sua categorização foi relegada ao estatuto de atividade pré-capitalista. Com efeito, donas de casa não produziam nenhuma *commodity*, o que fazia com que o trabalho destinado para consumo familiar não passasse de atividade de subsistência e, portanto, não capitalista. Essa formulação esbarrava em duas contradições: pois, em primeiro lugar, o trabalho doméstico funcionava como uma espécie de condição de possibilidade direta para o capitalismo, mas também porque ele não se esgotava em sua modalidade não remunerada, efetuada por donas de casa dos países centrais, tendo antes algum tipo de remuneração (mesmo que precária e irregular) nos países periféricos[282].

Esse tipo de remuneração destinado a empregadas domésticas (ocupação bastante comum em países com histórico colonial como a América Latina[283]), evidenciava justamente a coexistência de tipos laborais heterogêneos em países periféricos: que reunia tanto a forma de trabalho clássica, assalariada, quanto as ocupações de subsistência que produziam valor de uso a partir de uma remuneração precária. Retorna-se, portanto, à coexistência de formas laborais distintas, muitas vezes

[281] Dalla Costa; James, 1972.
[282] Essa diferença no que tange aos perfis das mulheres em relação ao trabalho doméstico pode ser evidenciado quando comparamos as demandas do feminismo operaísta italiano – que problematizava o tipo de trabalho doméstico não-remunerado, "feito por amor" das donas de casa dos centros do capitalismo (Federici, 2019) e o trabalho de mulheres em países periféricos. Este último é bem exemplificado no caso de mulheres costureiras indianas pesquisado por Mies, em que se tinha um tipo de trabalho manual, socialmente visto como hobby, associado a características "naturais" das mulheres, mal remunerado e, contudo, comercializado no mercado internacional (Mies, 2012).
[283] Castro; Chaney, 1989.

entendidas como incompatíveis ou misturando amadurecimento e debilidade do processo capitalista (atraso e progresso) – tese que já havia sido sugerida por Luxemburgo mas que, sobretudo no caso brasileiro, será formulada por Saffioti:

> Nas formações sociais capitalistas, como é sabido, o modo de produção capitalista coexiste com formas não capitalistas de trabalho. Trata-se de coexistência dinâmica e integrada. A força de trabalho, em sua integridade, não se fixa parte em atividades organizadas em moldes capitalistas e parte em funções econômicas não capitalistas. Há mobilidade de parcela de mão-de-obra que se desloca das atividades não capitalistas para as capitalistas em momentos de expansão do capitalismo e das últimas para as primeiras em momentos de retração deste sistema produtivo[284].

Saffioti não estava equivocada ao afirmar que, à medida que o capitalismo se expande, formas não capitalistas vão sendo incorporadas ao sistema, e essas formas são necessárias como força de trabalho absorvível, de modo a não haver nem interesse nem condições que as mesmas sejam eliminadas. Contudo, os pressupostos teóricos a partir dos quais Saffiotti parte padecem de um problema à primeira vista irrelevante, mas que remontam a uma falha de compreensão mais contundente: pois ao caracterizar o trabalho doméstico como pré-capitalista, a autora não deixa de considerá-lo como um tipo laboral residual, que seria eventualmente superado dado o desenvolvimento pleno do sistema capitalista nas áreas periféricas, cuja inserção apenas parcial as colocariam em uma "fila de espera" na linha evolutiva dos modos de produção históricos.

Em outro texto[285], buscamos expor não só a dificuldade teórica de uma categorização precisa em relação ao trabalho doméstico e de subsistência[286], mas também de que modo essas atividades, longe de se apresentarem como um resíduo de sociedade arcaicas que iriam naturalmente desaparecer com o capitalismo, exerciam antes uma função constitutiva do capital: ou seja, as atividades que fogem do modelo assalariado formal nunca foram uma aberração ou uma anomalia do sistema capitalista, mas sua pré-condição[287] – o que, inclusive, desloca o problema do lugar específico da relação entre trabalho assalariado e capital para a evidência de uma contradição muito mais "compreensiva entre trabalho humano em geral (incluindo o trabalho não assalariado) e capital, com uma *contradição adicional* entre trabalho assalariado e não-assalariado".[288] A importância do deslocamento dessa noção foi evidenciada por Bennholdt-Thomsen, Werlhof e Mies por conta de suas implicações na revisão do marxismo. Enquanto a teoria social marxista se baseou, tradicionalmente, na ideia de que a superação da opressão e exploração viria do desenvolvimento e amadurecimento das forças produtivas, "a

[284] Saffioti, 1978, p.183; 184.
[285] Kussumi, 2024.
[286] O enquadramento do que entraria exatamente na categoria de trabalho de subsistência é alvo de problematizações. Pois, se por um lado, se trata de atividades não-remuneradas apenas com a finalidade de assegurar a sobrevivência, por outro, também ele pode ser entendido como aquelas atividades que apenas produzem valor de uso, normalmente invisibilizadas, independentemente de se ter ou não alguma remuneração. Cabe, contudo, dizer que estamos de acordo com a definição de Bennholdt-Thomsen e Mies: "Produção de subsistência ou produção da vida inclui todo trabalho que é gasto na criação, recriação e manutenção da vida imediata e que não tem outro propósito. A produção de subsistência, assim, se coloca em contraste com a produção de mercadoria e de mais valia. Para a produção de subsistência, o objetivo é a "vida", para a produção de mercadoria, é "dinheiro", que produz sempre mais dinheiro, ou a acumulação do capital. Para esse modo de produção, vida, por assim dizer, é apenas um efeito colateral acidental. É típico do sistema capitalista industrial, que declara tudo o que quer explorar gratuitamente como parte da natureza, um recurso natural. A isso pertence o trabalho doméstico das mulheres, assim como o trabalho campesino do Terceiro Mundo, mas também toda a produtividade de toda a natureza" (Bennholdt-Thomsen; Mies, 2000, p. 20-21). Ver mais em Bennholdt-Thomsen, 1982; Bennholdt-Thomsen; Von Werlhof; Mies, 1988, p. 14-15.
[287] Algumas décadas mais tarde do recorte teórico que utilizamos majoritariamente nesse texto, essa noção foi devidamente elaborada por Nancy Fraser através da ideia das moradas ocultas do capitalismo. Ver Fraser, 2017.
[288] Bennholdt-Thomsen; Werlhof; Mies, 1988, p. 3.

exploração de mulheres e colônias, a apropriação voraz de seu trabalho e dos seus produtos, não entram como uma parte integral dessa análise"[289]. Antes, os grupos que performam esse tipo de trabalho (normalmente rotulados como "grupos marginais", "a periferia", os "atrasados"), eram excluídos do esforço analítico, sendo suficiente o seu contato com o desenvolvimento das forças produtivas (leia-se, através da forma da industrialização e modernização do precedente modelo europeu), que sua condição de atrasados estaria solucionada.

O que essas autoras apontam, portanto, é a impossibilidade mesma dessa "solução", pois de modo sucinto, tais grupos marginalizados (periféricos) não o são devido à falta de modernização e industrialização, mas são marginalizados *porque há* modernização e industrialização nas áreas centrais – não se tratando assim *de falta de capitalismo, mas de seu excesso*. É isso, portanto, que leva tais autoras a estabelecerem uma relação comparativa entre colônias e mulheres – relação que soa inusitada, mas cuja estranheza inicial é superada se entendida à luz do conceito de acumulação primitiva. Se, de fato, a acumulação primitiva encontra seu lastro histórico na era mercantilista, ao mesmo tempo, ela não necessariamente precede o processo de acumulação de capital, mas antes é "um processo contínuo em que esferas não-capitalistas e estruturalmente heterogêneas são aproveitadas para a extração de mais-valor e maior produção (*surplus-product*)".[290] Como atualização do argumento que remonta à Rosa Luxemburgo – que já havia demonstrado os princípios da acumulação primitiva quando expôs que a reprodução do capital era dependente de estratos e regiões geográficas não-capitalistas – as autoras irão investigar como a penetração do capital nas localidades pré-capitalistas apresenta a contradição de ser tanto destrutiva quanto preservativa das economias de subsistência.

O que Bennholdt-Thomsen, Werlhof e Mies buscam afirmar é que o mesmo processo de apropriação e exploração da acumulação primitiva – que antes se verificava no contexto colonial – é estendido para o trabalho feminino, já que acumulação primitiva também pressupõe um processo contínuo de produção de valor de uso, normalmente produzido por mulheres em trabalho de subsistência e que será apropriado e explorado, similarmente ao contexto colonial. Assim, o tipo acumulativo colonial seria análogo, senão efetivamente, ao menos simbolicamente, ao que ocorre com as mulheres, que "formam a base para o processo contínuo de acumulação primitiva como pré-condição da apropriação mesma"[291]. Não sendo uma coisa do passado, a acumulação primitiva contínua "é sobre, primeiramente, o esforço de forçar mulheres e terra, inclusive recursos minerais, sob o poder de monopólio do capital"[292]. O que antes era o trabalho não-remunerado no âmbito colonial se torna, agora, trabalho doméstico majoritariamente feminino. Nesse sentido:

> então, o capitalismo não eliminou as antigas formas selvagens de controle sobre a capacidade produtiva humana, mas sim as reforçou e generalizou: "A escravidão em larga escala ou o trabalho forçado para a produção de valor de troca é eminentemente uma instituição capitalista, voltada para os estágios pré-industriais iniciais de uma economia mundial capitalista[293].

Assim como a exploração do trabalho humano na situação colonial envolvia considerar a população indígena como recurso explorável, estabelecendo assim uma divisão internacional do trabalho, em proporção menor, essa divisão se mantinha a partir de um recorte de gênero, em que o trabalho feminino de subsistência se resumia à produção naturalizada e não produtiva. A ligação entre

[289] *Ibidem.*
[290] Bennholdt-Thomsen, Werlhof e Mies, 1988, p. 43.
[291] *Ibidem*, p. 44.
[292] *Ibidem*, p. 102.
[293] *Ibidem*, p. 88.

atividades laborais de subsistência (feminino) e um tipo de atividade exploratória colonial foi nesse ponto entendida por Claudia Werlhof nos seguintes termos:

> • As mulheres não são apenas os primeiros seres humanos a serem explorados na história, mas sua exploração também fornece um padrão geral para as formas subsequentes de exploração do homem e da natureza; e as mulheres hoje vivenciam uma combinação de partes de todas essas formas de exploração. […]
> • O trabalho feminino típico encontra-se na esfera da acumulação primitiva contínua, seja dentro ou fora da família. Essa parte da relação de produção capitalista é a base da acumulação de capital e, por um lado, o complemento lógico/contraditório da relação de trabalho assalariado e, por outro, do ponto de vista dos indivíduos, a base para a reprodução pessoal não apenas de sua força de trabalho, mas também de sua vida humana em geral. […]
> • Em última análise, existe uma relação antagônica não apenas entre trabalhadores assalariados e capitalistas, mas em um sentido muito mais abrangente, especialmente entre as mulheres pobres do Terceiro Mundo e o capital monopolista do Primeiro Mundo.
> • A situação dos produtores rurais e urbanos de subsistência do Terceiro Mundo, a "massa marginal", é a que mais se assemelha a das mulheres.
> • Não são as mulheres que têm o status colonial, mas as colônias que têm o status de mulher. Em outras palavras, a relação entre o Primeiro e o Terceiro Mundo corresponde à relação entre homem e mulher[294].

As questões com as quais a crítica decolonial se ocupa – em relação a uma hierarquização racial no mundo – parece convergir assim para problemáticas evocadas há décadas pelo feminismo radical – que desvela as normas patriarcais inerentes a uma divisão de gênero que se sustenta na opressão das mulheres. Pois, com efeito, embora as diferenças étnicas e de gênero não tenham originado com o capitalismo, elas foram definitivamente reforçadas e sistematizadas com ele. Sob o ponto de vista racial, isso foi concebido por uma longa trajetória de intelectuais que identificam o início do capitalismo como simultâneo à hierarquização étnica de escopo mundial[295]. Pela perspectiva do feminismo marxista, a atualidade dessa concepção comprova a relação do trabalho exploratório das mulheres em um eixo centro e periferia – em que mulheres periféricas trabalham em um fluxo de transferência de valor direto para as mulheres dos centros capitalistas que usufruem de consumo e bem-estar social[296]. O que se tem, portanto, é uma hierarquização racial associada à hierarquização de gênero, que caracterizam qualitativamente a divisão internacional do trabalho argumentada pela teoria dos sistemas-mundo, instaurando um processo de exploração, segregação e marginalização trifásico – de modo que a divisão internacional do trabalho se torna concomitantemente uma divisão racial e generificada[297].

Conclusão

A partir do que foi explicitado acima, é possível chegar a algumas conclusões, mesmo que provisórias. Em primeiro lugar, torna-se possível afirmar a existência daquilo que entendemos como capitalismo periférico – que se organiza socialmente de forma diversa da dos países de capitalismo do centro. Obedecendo à articulação entre centro e periferia a partir da teoria dos sistemas-mundo e da

[294] *Ibidem*, p. 24-25.
[295] Rodney, 1982, p. 42; Robinson, 2020, cap. 9; Wallerstein, 1991, cap. 4.
[296] Hopkins, 2017, p.136-143; Plá, 2023.
[297] González, 2020.

teoria marxista da dependência, apontamos os processos coloniais como germe dessa noção. No momento em que o sistema capitalista se expande, tendendo a englobar todo o mundo (se tornando assim um sistema de ordem planetária), áreas pré-capitalistas são incorporadas, de modo a terem suas formas sociais profundamente transformadas. Vimos ao longo do texto como essas transformações implicavam, inclusive, a modificação estrutural das atividades de subsistência que será significativa para a realidade do trabalho em tais áreas.

Se, no momento colonial, o que percebemos é a coexistência de tipos diversos de trabalho – que combinam desde a servidão e o tipo de trabalho subsistência (doméstico) passando pelo modelo de trabalho assalariado livre – por outro, os traços dessa coexistência permanecem nas antigas áreas coloniais através de um tipo de trabalho ainda ambíguo e altamente exploratório. Essa diferença, longe de significar que as áreas coloniais ainda não completaram o ciclo de amadurecimento completo do modo de produção capitalista, ou ainda que as mesmas estariam em uma fase pré-capitalista (lembrando do próprio debate entre Gunder Frank e Laclau sobre feudalismo e capitalismo na América Latina), quer dizer antes sua incorporação ao capital. Como comprovação disso, buscamos analisar tanto a concepção de trocas desiguais quanto de divisão internacional do trabalho. A análise de Samir Amin parte da necessidade da má remuneração do trabalho (capital variável) para barateamento de custos de produção de *commodities* no mercado internacional. O resultado disso é não apenas um tipo de trabalho altamente exploratório, mas também a concentração econômica em atividades extrativistas para exportação. Similarmente, a divisão internacional do trabalho de Wallerstein se apoia na noção de lar proletarianizado (no centro) e semiproletarianizado (nas periferias), em que se apresenta a combinação de funções diversas nas atividades laborativas, assim como remunerações diferenciadas. Essa divisão demonstra como, no caso periférico, há a combinação de trabalho formal e informal, bem remunerado e mal remunerado, além da atribuição de papéis produtivos no mundo a partir das respectivas localizações geográficas. É assim, por exemplo, que as áreas periféricas se tornam fadadas ao subdesenvolvimento, enquanto os centros se colocam como consumidores e produtivos.

Por último, buscamos apontar de que modo o capitalismo periférico encontra determinações de ordem raciais e de gênero. As hierarquizações étnicas e de gênero se alinhariam à hierarquia da divisão internacional do trabalho, de modo que as relações exploratórias se uniriam aos marcadores de gênero e de raça, principalmente nas periferias do capitalismo. Como caso exemplar disso, observamos de que modo o trabalho doméstico e de cuidados (que foi amplamente analisado pelo feminismo marxista através da Teoria da Reprodução Social) espelharia a divisão do trabalho internacional como sendo concomitantemente generificada e racial. Retomando a ideia de uma acumulação primitiva desenhada primeiramente por Marx, as feministas marxistas puderam considerar um tipo de acumulação contínua, que envolve elementos exploratórios que terão como foco o que se entende como trabalho tipicamente feminino. Entretanto, longe de significar um indício de subdesenvolvimento ou atraso, a condição laboral das mulheres nas áreas periféricas não quer dizer estar fora do sistema capitalista, mas antes implica na sua efetividade em termos de abrangência global – o que ratifica o capital como sistema de acumulação que tende à auto-expansão ilimitada.

Bibliografia

Abílio, Ludmila; Amorim, Henrique; Grohmann, Rafael, 2021, ‘Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas.’ *Sociologias*, Porto Alegre, n. 57, p. 26-56.
Amaral, Manoela; Druck, Graça; Filgueiras, Luis, 2004, ‘O Conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica.’ *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211 -229.

Amin, Samir, 1974, *Accumulation on a World Scale. A critique of the theory of underdevelopment*. New York: Monthly Review Press.

_____1972, 'Le modèle théorique d'accumulation et de développement dans le monde contemporain. La problématique de transition.' *Revue Tiers-Monde 13,* n. 52, p. 703-726.

_____2010, *The law of worldwide value*. New York: Monthly Review Press.

Arrighi, Giovanni, 2006, *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Bennholdt-Thomsen, Veronica, 1982, 'Subsistence production and extended reproduction. A contribution to the discussion about modes of production.' *The Journal of Peasant Studies*, v. 9, n.4, p. 241-254.

Bennholdt-Thomsen, Veronica; Von Werlhof, Claudia; Mies, Maria, 1988, *Women: the Last Colony*. London: Zed Books.

Bennholdt-Thomsen, Veronica; Mies, Maria, 2000, *The Subsistence Perspective: beyond the globalized economy.* London: Zed Books.

Braudel, Fernand, 1987, *A dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco.

_____2009, *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII, v. III: o Tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes.

Castro, Mary; Chaney, Elsa, 1989, *Muchachas No More CL: Household Workers in Latin America and the Caribbean*. Philadelphia: Temple University Press.

Della Costa, Mariarosa; James, Selma, 1972, *The Power of Women and the Subversion of the Community*. London: Falling Wall Press.

Federici, Silvia, 2019, *O ponto Zero da Revolução*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

Ferreira da Silva, Denise, 2022, *Homo modernus: Para uma ideia global de raça*. Rio De Janeiro: Editora Cobogó.

Fraser, Nancy, 2017, 'Behind Marx's hidden abode: for an expanded Conception of Capitalism.' In: Deutscher, P.; Lafont, C. (org.). *Critical Theory in Critical Times*. New York: Columbia University Press.

González, Lélia, 2020, 'Mulher Negra.' In: Lima, Márcia; Rios, Flavia (org.). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro, Zahar.

Gunder Frank, André, 1969, *Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil*. New York: Monthly Review Press.

_____1970, *Latin America: Underdevelopment or Revolution*. New York: Monthly Review Press.

Hall, Stuart, 1996, 'Gramsci's relevance for the study of race and ethnicity.' In: *Critical dialogues in Cultural Studies*. London: Routledge.

_____2019, 'Race, Articulation and Societies Structured in Dominance.' In: Essential Essays, v.I. Durham: Duke University Press.

Harvey, David, 2003, *O novo imperialismo*. São Paulo: Editora Loyola.

Hopkins, Carmen Teeple, 2017, 'Mostly Work, Little Play: Social Reproduction, Migration and Paid Domestic Work in Montreal'. In: Bhattacharya, T. *Social Reproduction Theory*. London: Pluto Press

Karatani, Kojin, 2018, 'Neoliberalism as a historical stage'. In: Robert Latham, Robert; Murray, Karen, *et. al* (org.). *The Radical Left and Social Transformation*. London: Routledge.

_____2014, *The Structure of World History*. Durham: Duke University Press.

Kussumi, Mirian, 2024, 'O trabalho doméstico no capitalismo periférico'. *Revista Rosa*. Disponível em: <https://revistarosa.com/9/trabalho-domestico-no-capitalismo-periferico>. Acesso em: 15 de setembro de 2025.

Laclau, Ernesto, 1971, 'Feudalism and Capitalism in Latin America'. *New Left Review*, v. I, n. 67.

Luxemburg, Rosa, 1970, *A Acumulação do Capital*. Rio de Janeiro: Zahar.

Marx, Karl, 2013, *O Capital*. São Paulo: Boitempo.

Meillassoux, Claude, 1964, *Anthropologie économique des Gouro de Côte d'Ivoire (de l'économie de subsistance à l'agriculture commerciale).* Paris: Mouton.

_____1981, *Maidens, meal and money*. Cambridge: Cambridge University Press.

Mies, Maria, 2012, *The Lace Makers of Narsapur: Indian Housewives Produce for the World Market*. Melbourne: Spinifex.

Plá, Belén Villegas, 2023, 'Dependency theory meets feminist economics: a research agenda'. *Third World Quarterly*, p. 1-18.

Polanyi. Karl, 2021, *A grande Transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época*. Rio de Janeiro: Contraponto.

_____2012, *A Subsistência do Homem e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Quijano, Aníbal, 2005, 'Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina'. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO.

Robinson, Cédric, 2020, *Black Marxism*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

Rodney, Walter, 1982, *How Europe underdeveloped Africa*. Washington: Howard University Press.

Saffioti, Heleieth, 1978, *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Editora Vozes.

Telles, Vera, 2006, 'Mutações do trabalho e experiência urbana'. *Social, revista de sociologia da USP*, v. 18, n. 1, p. 173-195.

Wallerstein, Immanuel, 1995, *Capitalismo histórico e Civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto.

_____1984, 'Patterns and Prospectives of the Capitalist World-Economy'. *Contemporary Marxism*, n. 9, Imperialism and the Transition to Socialism, p. 59-70.

_____1979, *The Capitalist World-economy*, New York: Cambridge University Press.

_____1991, 'The Construction of Peoplehood: Racism, Nationalism, Ethnicity'. In: Balibar, E; Wallerstein, I. *Race, Nation, Class*. Ambiguous Identities. London: Verso.

_____1974, *The Modern World-System*. New York: Academic Press.

Wood, Ellen Meiksins, 2001, *A Origem do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar.